

MEC planeja política pública para educação profissional

Proposta foi encaminhada a instituições de todo o País

A Semtec receberá, até o dia 1º de março, contribuições da sociedade brasileira para a educação profissional e tecnológica. Nesta semana, o MEC encaminhou a diversas instituições e organismos proposta de política pública para a área. O documento define concepções e princípios que devem nortear a educação profissional e tecnológica, baseados no compromisso com a redução das desigualdades sociais, com o desenvolvimento socioeconômico, com a vinculação à educação básica e com uma escola pública de qualidade.

A proposta foi enviada a 139 escolas da rede federal de educação, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a 133 deputados federais e 23 senadores integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Profissional, a entidades profissionais, a organismos internacionais e a outras entidades, em um total de 1.014 instituições.

Segundo o secretário de Educação Média e Tecnológica, Antonio Ibañez Ruiz, trata-se de proposta estratégica, de longo alcance, um marco referencial para a melhoria, a consolidação e o fortalecimento da educação profissional e tecnológica. "Indispensável ao desenvolvimento sustentado de nosso país, a educação profissional deve ser desenvolvida em articulação com todos os segmentos e instâncias da sociedade brasileira", esclarece Ibañez.

As contribuições da sociedade brasileira para a educação profissional e tecnológica serão recebidas no endereço eletrônico cgpept@mec.gov.br. O texto integral do documento está no portal da Semtec na internet (www.mec.gov.br/semtec).

Semtec seleciona 84 projetos do Pro-Ifem

Propostas serão avaliadas por especialistas do MEC

A Semtec selecionou 84 dos 104 projetos inscritos pelas instituições de ensino superior no Programa Nacional de Incentivo à Formação Continuada de Professores de Ensino Médio (Pro-Ifem). Tais projetos passarão, agora, pela avaliação de especialistas da área acadêmica indicados por sociedades científicas do Brasil, que devem entregar seus pareceres até o dia 30 de janeiro.

Os projetos aprovados serão credenciados pela Semtec e apresentados às secretarias de Educação dos estados, as quais podem escolher aqueles que serão contemplados para realização de cursos de formação continuada. Após essa etapa, os projetos receberão recursos financeiros da Semtec.

Os cursos de formação continuada serão dirigidos a professores graduados que lecionem em escolas públicas estaduais de ensino médio. As instituições selecionadas pelo Pro-Ifem fornecerão certificação para os cursos em nível de pós-graduação. Todos os cursos serão multidisciplinares e abrangerão no mínimo três disciplinas, além de conteúdos que contemplem disciplinas representativas de todas as áreas do conhecimento (Linguagens e Códigos; Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas).

Qualidade - A intenção da Semtec é promover a qualificação do ensino médio em todo País e, simultaneamente, suprir o déficit de professores provocado pela universalização do acesso ao ensino fundamental nos anos 90 e conseqüente expansão do número de matrículas no ensino médio.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996 (Lei nº 9.394), que incluiu o ensino médio na escolarização básica oferecida pelo Estado a todos os cidadãos, prevê, a partir de 2004, a obrigatoriedade progressiva do ensino médio em todo o País, o que leva à necessidade de se revisar a qualidade da educação e a quantidade de educadores em todo o Brasil.

Diversidade publica conclusões de seminário indígena

O Programa Diversidade na Universidade lançou, na semana passada, os registros do seminário Políticas de Ensino Médio para os Povos Indígenas, que reuniu, em Brasília, em outubro de 2003, técnicos do MEC e das secretarias estaduais de Educação, autoridades e representantes de grupos indígenas.

As discussões com os 35 integrantes de diferentes povos e das 18 organizações indígenas foram o primeiro passo do MEC para identificar os estudos, as pesquisas e atividades que podem servir de base não apenas para a

construção de políticas, mas para a intervenção naquela realidade.

Políticas de Ensino Médio para os Povos Indígenas reproduz os debates ocorridos durante o evento, de forma a preservar a riqueza das falas e das reflexões dos grupos indígenas, além dos pronunciamentos das autoridades e dos compromissos estabelecidos.

Publicação semanal interna da Secretaria de Educação Média e Tecnológica
Ministério da Educação - Redação: (61) 410-9526/8127 - Brasília - DF
Envie sua pauta para rodrigofarhat@mec.gov.br ou anajulia@mec.gov.br

Secretaria de
Educação Média e Tecnológica

Ministério
da Educação

